



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 04, pp. 46172-46175, April, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21638.04.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## O BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL COMO FONTE DE DADOS PARA ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

\*Jefferson Fernando Barbosa, Rodolfo Gomes do Nascimento, Simone Souza da Costa Silva, Andréa Bittencourt Pires Chaves

Federal University of Pará, Brazil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 22<sup>nd</sup> January, 2021

Received in revised form

04<sup>th</sup> February, 2021

Accepted 11<sup>th</sup> March, 2021

Published online 22<sup>th</sup> April, 2021

#### Key Words:

Boletim de ocorrência policial;  
Base de dados; Análise criminal;  
Revisão da literatura.

#### \*Corresponding author:

Jefferson Fernando Barbosa

### ABSTRACT

Este estudo teve por objetivo fazer uma revisão da literatura no intuito de conhecer estudos sobre o uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados, por meio de uma revisão integrativa, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade, tanto para a análise criminal, via órgãos governamentais, como para as pesquisas científicas sobre a criminalidade. A busca bibliográfica dos artigos foi realizada no período de 11 de março a 14 de abril de 2020, nas plataformas Scielo e Capes, por meio de palavras-chave vinculadas ao tema de pesquisa estabelecido: “boletim de ocorrência policial”, “análise criminal”, “homicídio”, “investigação de homicídio” e “registros administrativos”. Resultaram 225 artigos, conforme os critérios estabelecidos, dos quais nove foram selecionados para descrição e análise. No que se refere à completude e confiabilidade da base de dados oriunda do boletim de ocorrência policial, foi possível fazer duas constatações ao menos: a falta de qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como pela integração das fontes.

Copyright © 2021, Jefferson Fernando Barbosa et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Jefferson Fernando Barbosa, Rodolfo Gomes do Nascimento, Simone Souza da Costa Silva, Andréa Bittencourt Pires Chaves, 2021. “O boletim de ocorrência policial como fonte de dados para estudos sobre criminalidade: uma revisão integrativa”. *International Journal of Development Research*, 11, (04), 46172-46175

## INTRODUÇÃO

O boletim de ocorrência policial (BOP) é um documento oficial por meio do qual se faz o registro de um fato, delituoso ou não, levando-o ao conhecimento do Estado para que este tome as medidas cabíveis que o caso específico requiera, conforme previsto no Art. 5, § 3º, do Código de Processo Penal, sendo uma das formas pelas quais se pode instaurar um inquérito policial (BRASIL, 1941a). O Artigo 1º do Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941, dispunha que o boletim deve servir de base para as estatísticas criminais e de polícia judiciária e que nele devem estar contidos dados sobre os crimes, contravenções, autores e quaisquer outras informações que sejam de utilidade para tais estatísticas (BRASIL, 1941b). Anexo ao Decreto-Lei Nº 3.992 havia um modelo de boletim com campos a serem preenchidos cujos dados se referiam ao local e data provável do fato; se o delito ocorrera de dia ou de noite; qual o meio empregado e os motivos presumíveis. Quanto à vítima e ao autor, deveriam ser preenchidos dados como nome; filiação; sexo; data de nascimento; estado civil; naturalidade; nacionalidade; endereço; nível de instrução; se tinha filhos; se, ao cometer o delito estava alcoolizado ou sob a ação de entorpecentes; se já tinha antecedentes criminais, entre outros (BRASIL, 1941c). No âmbito da gestão da segurança pública, o BOP tem sua importância na medida em que serve de fonte de dados para a elaboração de relatórios estatísticos e de análise

criminal que propiciem diagnósticos sobre a distribuição espacial, padrões e tendências de delitos cometidos e, a partir destes, a elaboração de planos e ações voltadas para sua prevenção e repressão qualificada (LIMA, 2013; SILVEIRA JUNIOR, 2013). No âmbito científico, o BOP tem sido tomado como fonte de dados para estudos sobre a criminalidade violenta (HAGEN; GRIZA, 2011; ENGEL et al., 2015; REMÉDIOS, 2013). As pesquisas realizadas procuram estabelecer vínculos relacionais e/ou causais entre os crimes registrados e indicadores sociais apontando que isso se dá de forma complexa e multifacetada. Por outro lado, constatam, também, que as vítimas desse tipo de violência são principalmente homens negros, jovens e pobres, moradores das periferias dos grandes centros urbanos (ZALUAR et al., 1994; ADORNO, 2002; CERQUEIRA, 2014; CORRÊA; LOBO, 2019). Para que essas análises e discussões sejam factíveis, torna-se necessário que sejam feitas a partir de dados confiáveis e disponíveis. No entanto, alguns estudiosos do tema apontam exatamente a falta de confiabilidade e indisponibilidade dos dados (GAWRYSZEWSKI et al., 2005; BATITUCCI, 2007; SILVEIRA JUNIOR, 2013). As condições ótimas de qualificação e completude dos BOPs não são encontradas, uma vez que estes são incompletos, seja para um bom diagnóstico dos padrões e tendências criminais seja para a aferição e avaliação da eficiência e eficácia de políticas públicas na área da segurança (ROLIM, 2006; DURANTE, 2009; SILVEIRA JUNIOR, 2013). Nesse sentido, a questão que se coloca é: que características conferem completude e confiabilidade ao

BOP, para que possa ser tomado como fonte de dados para a análise criminal e para estudos científicos acerca da criminalidade?

Tendo em foco essa questão, surge a necessidade de se buscar na literatura trabalhos que apontem caminhos e que conduzam a uma resposta a esse respeito, uma vez que um levantamento inicial e exploratório nas bases de dados disponíveis torna possível conhecer o que já tem sido pesquisado acerca do tema, sobre quais aspectos o objeto de estudo foi analisado, além de ser possível vislumbrar as principais contribuições teórico-metodológicas sobre o tema em questão (GIL, 2008; LOUREIRO, 2019). Assim, este artigo tem por objetivo encontrar estudos relacionados ao uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados para a análise criminal e pesquisas científicas sobre a criminalidade, por meio de uma revisão integrativa da literatura, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade.

## MATERIAIS E MÉTODO

Não obstante ser menos rigorosa que a sistemática, a revisão integrativa da literatura traz consigo a possibilidade de inclusão de estudos com diferentes enfoques sobre o mesmo tema, sendo mais ampla, uma vez que nela podem ser inseridos trabalhos de cunho quantitativo e qualitativo. Dessa forma, a revisão integrativa da literatura possibilita a compilação de informações acerca de um tema, resumindo-as num único trabalho (SOUZA et al., 2010). A revisão integrativa da literatura foi realizada a partir da identificação do problema da revisão e, uma vez identificado o problema, passou-se para a busca dos artigos. Nesse sentido, a coleta de dados foi feita a partir da busca nas plataformas Scielo e Capes, por meio das seguintes palavras-chave: “boletim de ocorrência policial”, “análise criminal”, “homicídio”, “investigação de homicídio” e “registros administrativos”, sempre em pares combinados com o conector booleano “AND”. A busca resultou em apanhado de trabalhos correspondentes aos critérios de ser um artigo científico publicado nos últimos dez anos. A análise dos dados se deu com a leitura dos respectivos títulos e resumos, após o que, verificou-se a pertinência com o tema desta revisão. Ao final desta primeira fase de leitura, os artigos foram selecionados para leitura integral e análise mais acurada, conforme fluxograma apresentado na Figura 1.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

**Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção de artigos a serem incluídos no estudo, Scielo e Capes, 2020**

## RESULTADOS

A busca dos artigos nas bases de dados, em consonância com o fluxograma apresentado na metodologia, se deu no período de 11 de março a 14 de abril de 2020. Inicialmente, a busca resultou 225 artigos, conforme os critérios estabelecidos, dos quais nove artigos foram selecionados. Uma vez selecionados os artigos, passou-se a qualificá-los, descrevendo-os por palavras-chave, ano de publicação, tipo de abordagem e, por fim, a classificação da respectiva revista no sistema Qualis Sucupira. O número de palavras-chave variou entre três e seis em cada um dos artigos. Foram contabilizadas um total de 34 palavras-chave, com algumas delas se repetindo até 3 vezes, como foi o caso de “homicídio”, “estatísticas criminais” e “polícia”. Outras

palavras-chave que apareceram mais de uma vez foram: “medição da criminalidade”, “estatísticas policiais”, “sistemas de informação”, “delito” e “estatística”. Por fim, algumas palavras-chave foram usadas uma única vez, dentre elas: “mortes violentas”, “violência”, “tendências do crime”, “registros de mortalidade”, “registros administrativos”, “investigação criminal”. A partir da frequência das palavras-chave, fez-se uma distribuição por categoria, cujo processo de seleção se deu por meio de campos semântico-lexicais (BARDIN, 1977). Assim, as trinta e quatro palavras-chave foram distribuídas em 7 categorias: estatística, homicídio, polícia, registros, sistemas de informação, fluxo de justiça e localidade, conforme Quadro 1. Após o processo de categorização, verificou-se que as categorias “Estatística” (33,33%) e “Homicídio” (26,67%) apresentaram as maiores frequências, seguidas da categoria “Polícia” (11,11%). “Registro”, “Sistema de Informação” e “Fluxo de Justiça” tiveram uma frequência relativa de 8,89%. Por sua vez, a categoria “localidade” (2,22%) apareceu uma única vez. No que se refere ao ano de publicação dos artigos selecionados, verificou-se que o mais antigo deles foi publicado no ano de 2003 e o mais recente, entre os incluídos, em 2019. Tendo em conta apenas os artigos selecionados, o ano com mais publicações foi 2016, com 3 artigos, seguido de 2018, com dois artigos. A leitura dos resumos e dos procedimentos metodológicos dos nove artigos selecionados propiciou a verificação do tipo de abordagem empregado em cada um deles. Assim, constatou-se que sete artigos (77,78%) tiveram abordagem quantitativa, um artigo (11,11%) foi elaborado a partir de uma abordagem mista (quanti-quali) e em um artigo (11,11%) foi usada a abordagem qualitativa. Por fim, buscou-se verificar na plataforma Sucupira a classificação das respectivas revistas nos anos em que foram publicados os artigos selecionados. Os artigos foram publicados nos seguintes periódicos: Revista de Saúde Pública (2 artigos), Revista de Sociologia e Política (1 artigo), Revista Sociedade e Estado (1 artigo), Ciência e Saúde Coletiva (1 artigo) e Revista Criminalidad (4 artigos). As quatro primeiras revistas constavam na plataforma Sucupira. A Revista Criminalidad, no entanto, não consta. Por essa razão, fez-se também a procura na plataforma ScimagoJournaland Country Rank (SJR) que tem por finalidade avaliar e ranquear periódicos científicos, bem como apontar seu fator de impacto. A classificação das revistas está disposta no Quadro 2.

## DISCUSSÃO

Os artigos selecionados para leitura e análise apresentaram pontos que merecem destaque. Nesse sentido, esses estudos são apresentados, a seguir, levando-se em consideração seus objetivos e as conclusões a que chegaram. Miranda e Pita (2011) fazem um estudo comparativo dos registros estatísticos criminais sobre mortes violentas das cidades do Rio de Janeiro - Brasil e Buenos Aires - Argentina, ao final do qual concluem que as estatísticas revelam muito mais sobre as instituições que a produziram do que sobre a criminalidade ou sobre a situação das mortes violentas nas regiões metropolitanas de ambas as cidades. Na mesma direção, Castro et al. (2003) comparam os dados de dois sistemas de registros de ocorrência do estado de Minas Gerais. Para estes autores, é fato que existem muitas críticas à qualidade dos dados criminais existentes no Brasil. Por outro, há pouco estudo sistemático para corroborar essas críticas. A conclusão a que chegam é a de que, nas cidades de menos de 100.000 habitantes, as informações de homicídios da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG são mais completas do que as do SIM/MS. Nas cidades de mais de 100.000 habitantes, o SIM/MS é capaz de recuperar mais eficientemente os óbitos. Assim, é possível salientar que o estudo de Castro et al. (2003) tem conclusão diferente das de Miranda e Pita (2011), posto que para estes vislumbrou-se estabelecer o critério populacional para a eficácia de um ou outro sistema. A integração de dados de diferentes sistemas que contabilizam as mortes violentas parece ser a direção para qual caminha a análise desses eventos. Isso é o que revela o estudo de Gawryszewski et al. (2005), por meio do qual analisaram os dados de homicídios obtidos nas declarações de óbito, laudos de necropsia e boletins de ocorrência policial. Os achados do estudo apontam que a integração de dados

**Quadro 1. Distribuição das palavras-chave por categoria, retiradas dos artigos selecionados no portais Scielo e Capes, 2020**

Estatística	Homicídio	Polícia	Registro	Sistema de informação	Fluxo de justiça	Loca-lidade
medição da criminalidade	homicídio	polícia	registro administrativo	sistemas de informação	prisão em flagrante	Brasil
estatísticas criminais	homicídio	recursos policiais	registros	sistemas de informação	fluxo de justiça	
estatísticas criminais	mortes violentas	polícia	registros de mortalidade	sistemas de informação de saúde	investigação criminal	
estatística	vigilância epidemiológica	polícia nacional	denúncia	sistemas de informação de crimes	instrução criminal	
estatísticas criminais	homicídio	polícia				
medição da criminalidade	violência					
estatísticas	delito					
dados quantitativos	delitos					
referidos à delinquência						
criminalidade real	vítimas de crime					
estatísticas policiais	acidentes de trabalho fatais					
estatísticas policiais	bebidas alcoólicas					
criminalidade oculta	armas de fogo					
tendências do crime						
criminalidade						
comparação						

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

**Quadro 2. Classificação dos periódicos, nas plataformas Qualis e SJR, em que os artigos selecionados foram publicados, por ano de publicação do artigo, 2020**

Periódico	Ano	Sistema de avaliação	
		Qualis	SJR
Revista de Saúde Pública	2003	A2	0.253 Q2
Revista de Saúde Pública	2005	A2	0.229 Q2
Revista de Sociologia e Política	2011	A1	0.205 Q3
Revista Criminalidad	2016	-	-
Revista Sociedad e Estado	2016	A1	0.152 Q3
Revista Criminalidad	2018	-	0.139 Q3
Ciência & Saúde Coletiva	2019	B1	0.533 Q2

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de consulta às plataformas Sucupira e SJR, 2020.

Legenda: " - " Não consta a qualificação no respectivo ano e/ou sistema de avaliação

permite melhorar a qualidade da informação, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão dos homicídios. Uma vez mais a integração de dados é vista como uma solução para a indisponibilidade e confiabilidade das informações sobre mortes violentas. É o que aponta o estudo de Patrick e Reed (2016) sobre a criminalidade no Departamento de Antióquia - Colômbia. Esse trabalho apresenta uma estimativa probabilística dos homicídios, que incorpora o cálculo dos dados faltantes de acordo com uma técnica chamada estimativa por múltiplos sistemas. Ainda sobre integração de dados, O trabalho de Rodríguez-Ortega et al. (2018) explica como se desenvolveu a integração e a agregação de informação da criminalidade, e qual foi seu efeito no cotejo de cifras estatísticas ao longo do tempo, tendo como pano de fundo a integração de dois sistemas de informação da Colômbia, o "SPOA" da "Fiscalía General" e o "SIEDCO" da "Policía Nacional de Colombia", além dos dados oriundos do aplicativo "¡ADenunciar!". Outros dois estudos fazem referência ao SIEDCO (Cubides-Buitrago; Norza-Céspedes, 2016) e aos dados obtidos pela Polícia Nacional da Colômbia (Tamayo-Arboleda; Norza-Céspedes, 2018), mas tratando-os separadamente. Batista e Ferrite (2019) também fazem um estudo comparativo, entretanto sobre os sistemas de informação, no Brasil, que tratam dos acidentes fatais no ambiente de trabalho. O estudo identificou seis sistemas de informação que dispõem de dados sobre acidentes de trabalho fatais (ATF) no Brasil e concluem afirmando que a falta de variáveis-chave comuns limita a construção de uma base de dados única com todos os casos registrados. Costa e Oliveira Júnior (2016), por sua vez, produzem um artigo no qual o ponto central do estudo converge para o fato de que, no Brasil, os novos padrões de investigação diferem das representações tradicionais da investigação baseada na busca de testemunhas e produção de depoimentos e confissões.

## CONCLUSÃO

Os artigos selecionados e analisados tiveram seu tema girando em torno das fontes de dados utilizadas para a elaboração de relatórios que, por sua vez, possam produzir conhecimento para uma melhor interpretação acerca das cifras de criminalidade em tempo e espaço específicos. Em linhas gerais, os trabalhos apontam, também, para a possibilidade de se estabelecer ações de políticas públicas que possam diminuir essas mesmas cifras, a partir dos conhecimentos produzidos. É importante salientar que, no que se refere à completude e confiabilidade dos dados oriundos do boletim de ocorrência policial, objetivo desta pesquisa, os estudos analisados permitem trazer à baila duas constatações ao menos: a falta de qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da (i) comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como (ii) pela integração das fontes. Nesse sentido, verificou-se que os boletins de ocorrência policial ou registros administrativos de criminalidade carecem de mais robustez de informações nele contidas, visto que, como única fonte de dados, parecem não responder às necessidades que as análises sobre a criminalidade demandam.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (2002) Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, n. 8, p. 84-135.
- Bardin, L. (1977) *Análise do discurso*. Lisboa: Edições, v. 70.
- Batista, A. G.; Santana, V. S.; Ferrite, S. (2019) Registro de dados sobre acidentes de trabalho fatais em sistemas de informação no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 693-704.
- Batitucci, E. C. (2007) As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística.

- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. (1941a). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941. (1941a) Dispõe sobre a execução das estatísticas criminais, a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3992-30-dezembro-1941-414017-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941. (1941b) Modelo de boletim individual. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3992-30-dezembro-1941-414017-modelodeboletimindividual-pe.pdf>.
- Buitrago Cubides, J. R.; NorzaCéspedes, E. (2016) Registros de la criminalidad en Colombia y actividad operativa de la Policía Nacional durante el año 2015. *Revista Criminalidad*, v. 58, n. 2, p. 09-20.
- Castro, M. S.; Assunção, R. M.; Durante, M. O. (2003) Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, p. 168-176.
- Cerqueira, D. R. C. (2014) Causas e consequências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1922/2/Concurso0212\\_33\\_premiobnde\\_s\\_Doutorado\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1922/2/Concurso0212_33_premiobnde_s_Doutorado_P.pdf).
- Corrêa, R. S. S.; Lobo, M. A. A. (2019) Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. 1-17.
- Costa, A. T. M.; Oliveira Júnior, A. (2016) Novos padrões de investigação policial no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 147-164.
- Durante, M. O. (2009) Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Coleção Segurança com Cidadania, n. 2, p. 181-203.
- Gawryszewski, V. P.; Kahn, T.; Mello Jorge, M. H. P. (2005) Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de saúde pública*, v. 39, p. 627-633.
- Gil, A. C. (2008) Métodos e técnicas de pesquisa social. 6a ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Hagen, A. M. M.; Griza, A. (2011) Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades. *Segurança, Justiça e Cidadania*, p. 121-142.
- Lima, H. T. P. (2013) Gestão das estatísticas criminais na polícia militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, Pará, Brasil.
- Loureiro, V. R. (2019) A pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito. Belém: Cultural B.
- Miranda, A. P. M.; Pita, M. V. (2011) Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 59-81.
- Patrick, B.; Reed H, M. (2016) El registro y la medición de la criminalidad. El problema de los datos faltantes y el uso de la ciencia para producir estimaciones en relación con el homicidio en Colombia, demostrado a partir de un ejemplo: el departamento de Antioquia (2003-2011). *Revista Criminalidad*, v. 58, n. 1, p. 9-23.
- Rodríguez-Ortega, J. D. et al. (2018) Implicaciones del proceso de integración de los registros administrativos de criminalidad entre el SPOA de la Fiscalía General y el SIEDCO de la Policía Nacional de Colombia, y la puesta en marcha del aplicativo “¡ADenunciar!” sobre las cifras de criminalidad. *Revista Criminalidad*, v. 60, n. 3, p. 9-27, 2018.
- Remédios, M. R. A. (2013) Criminalidade e urbanização: estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio. 69f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.
- Rolim, M. A (2006) Síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro; Oxford: Zahar, Jorge; Oxford, University.
- Silveira Junior, R. S. (2013) Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, Pará, Brasil.
- Souza, M. T.; Silva, M. D.; Carvalho, R. (2010) Revisão Integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106.
- Tamayo-Arboleda, F. L.; Norza-Céspedes, E. (2018) Midiendo el crimen: cifras de criminalidad y operatividad policial en Colombia, año 2017. *Revista Criminalidad*, v. 60, n. 3, p. 73-93.
- Zaluar, A.; Noronha, J. C.; Albuquerque, C. (1994) Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 1, p. S213-S217.

\*\*\*\*\*